

Regularização e apoio social à população em Nova Iguaçu

Vilage das Flores segue em regularização e FGTS é liberado para as vítimas dos temporais

A Prefeitura de Nova Iguaçu deu início à segunda etapa do processo de regularização fundiária na comunidade Vilage das Flores, no bairro Corumbá. A ação, conduzida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEM-DUR), com o apoio da Secretaria Municipal de Atendimento Geral e Ouvidoria, consiste no cadastramento socioeconômico das famílias residentes na área e tem como principal objetivo traçar o perfil dos moradores para viabilizar a titulação dos imóveis e a implantação de melhorias urbanas.

Nesta fase, equipes técnicas de cadastradores estão percorrendo a localidade para coletar informações sobre as cerca de 450 famílias que vivem no núcleo urbano já consolidado. Os dados são fundamentais para enquadrar os moradores nos critérios da legislação federal e definir as medidas necessárias para a regularização de cada imóvel.

De acordo com a subsecretária de Regularização Fundiária, Myrian Ferolla, a iniciativa vai além da legalização das moradias e busca garantir dignidade à população.

“O principal objetivo da regularização é trazer cidadania para essas pessoas, reconhecendo o direito de quem já vive há anos no local”, afirmou.

Ela destaca ainda que o processo vai permitir a chegada de serviços essenciais à comunidade.

“A partir da regularização, a prefeitura consegue avançar com ações de saneamento básico, iluminação pública e outras obras de



Nova Iguaçu inicia segunda etapa da regularização fundiária no Vilage das Flores

infraestrutura que hoje não existem na região”, explicou Myrian.

O trabalho de regularização fundiária teve início com o levantamento topográfico da área e seguirá com a abertura de processos individuais para cada família, além da elaboração de projetos urbanísticos e articulação com outros órgãos municipais. Ao final, os moradores poderão receber o título de propriedade, garantindo segurança jurídica e valorização dos imóveis.

FGTS para vítimas das chuvas

Trabalhadores de Nova Iguaçu que tiveram suas casas danificadas pelas fortes chuvas de 21 de fevereiro deste ano já podem solicitar o Saque Calamidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O recurso ajuda famílias a reconstruir o que foi perdido — de imóveis atingidos a móveis destruídos pelo temporal. O pedido pode ser feito a partir desta quinta-feira (19) até 2 de junho. O valor chega

a até R\$ 6.220 por conta vinculada, conforme o saldo disponível. A liberação foi possível após a Prefeitura decretar Situação de Emergência, em 21 de fevereiro, e encaminhar a solicitação à Caixa, responsável pela gestão dos recursos.

Têm direito ao saque trabalhadores com saldo no FGTS, moradores de áreas reconhecidas oficialmente pela Defesa Civil, que não tenham feito retirada pelo mesmo motivo nos últimos 12 meses. O temporal atingiu diretamente

5.797 pessoas. Destas, 360 ficaram desalojadas e sete desabrigadas. Ao todo, foram registradas 395 ocorrências — entre desabamentos, deslizamentos e alagamentos em diversos bairros.

O processo é simples e pode ser feito pelo celular, no aplicativo FGTS. Basta enviar documentos como identidade com foto e comprovante de residência. O passo a passo sobre como efetuar o procedimento está em www.fgts.gov.br/paginas/trabalhador/saque-calamidade.aspx. Quem tiver dificuldades pode buscar atendimento presencial nas sedes da Defesa Civil (Avenida Luiz de Matos 72, 2º andar, Bairro da Luz) e da Assistência Social (Rua Dr. Luiz Guimarães 956, Centro), das 9h às 17h.

De acordo com o Formulário de Informações do Desastre (FIDE), 69 bairros da cidade foram declarados como afetados pelas fortes chuvas de 21 de fevereiro. A lista completa com os endereços está disponível em www.novaiguacu.rj.gov.br/smdc/emergencia/. Conforme o documento oficial, todos os sub-bairros contidos nessas localidades também são considerados afetados. A Prefeitura orienta que os trabalhadores verifiquem se residem em área incluída na lista de bairros afetados e realizem a solicitação dentro do prazo estabelecido.

O saque integra um conjunto de ações emergenciais adotadas pelo município. Para muitas famílias, representa mais do que um auxílio financeiro: é uma das primeiras chances reais de recomeçar após dias de perdas e incertezas.

Japeri realiza a primeira reunião do COMSEG

A Prefeitura de Japeri realizou, na quarta-feira (18), no Núcleo de Educação Ambiental Vale do Ipê, a primeira reunião do Conselho Municipal de Segurança (COMSEG), um marco importante para o fortalecimento das políticas públicas de segurança no município.

O encontro foi conduzido pelo secretário municipal de Segurança e Ordem Pública, Leonardo Neves, presidente do Conselho. Durante a abertura, ele compartilhou sua experiência na área de segurança pública, especialmente na Baixada Fluminense.

“Estou à frente da Secretaria desde fevereiro do ano passado. Sou policial civil de carreira há 15 anos

e atuei, em sua maioria, na Baixada Fluminense. Conheço de perto as deficiências e demandas da região. Recebi o convite da prefeita e estou muito feliz em poder contribuir agora também no âmbito municipal”, afirmou.

Representando a prefeita Fernanda Ontiveros, a secretária municipal de Governo, Andréia Brito, destacou que a criação do Conselho representa um avanço significativo para a gestão municipal.

“Essa reunião marca um passo importante do nosso governo no fortalecimento das políticas públicas de segurança. A criação do COMSEG é fundamental para que possamos estruturar melhor nossas



Encontro reuniu membros do poder público e da sociedade civil

ações, ampliar a captação de recursos e desenvolver novos projetos para a cidade. Estamos trabalhando de forma integrada”, ressaltou.

Durante a sessão, os membros discutiram e promoveram ajustes no regimento interno do COMSEG, documento que será encaminhado para publicação no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e, posteriormente, no Diário Oficial. Outro ponto debatido foi a possibilidade de realização

das reuniões em formato híbrido, permitindo a participação presencial e on-line, o que amplia o alcance e a efetividade das decisões.

Fundo de custeio

O guarda municipal Adilson do Espírito Santo também abordou a criação de um fundo específico para custear a participação em fóruns, conferências e capacitações na área de segurança pública, fortalecendo a qualificação dos membros.

“É necessário que esse ponto esteja previsto no documento, pois, muitas vezes, precisamos nos deslocar para outras cidades em busca de novos conhecimentos, o que demanda recursos para custeio”, explicou.

Criado pela Lei Municipal nº 1.566, de 27 de dezembro de 2023, o COMSEG é um órgão colegiado de caráter consultivo, composto por representantes do poder público e da sociedade civil. O Conselho tem como objetivo auxiliar na formulação, acompanhamento e execução das políticas municipais de segurança pública.

Os conselheiros titulares terão mandato de dois anos, com possibilidade de recondução, conforme previsto na legislação.

A reunião contou com a participação de representantes das secretarias municipais de Educação e Governo, da Guarda Municipal, da Paróquia Senhor do Bonfim, do Sindicato dos Rodoviários de Japeri, Associação de Moradores do bairro Teófilo Cunha e das forças de segurança.